



VIOÊNCIA

Subnotificação, mais um drama LGBTQIA+

Anuário de segurança constata que há uma defasagem de 45% entre registros oficiais e os de entidades ligadas à comunidade

» TAINÁ ANDRADE
» ISABEL DOURADO*

Carlos Vieira/CB



Monumentos de Brasília, como o Supremo Tribunal Federal, prestaram homenagem à comunidade LGBTQIA+ com as cores da bandeira

As ocorrências de violência contra a comunidade LGBTQIA+ apresentam uma subnotificação de pelo menos 45%, quando se compara os números oficiais com o de organismos da sociedade civil que monitoram o assunto. A constatação está no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022*, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e divulgado ontem — quando se celebrou o Dia do Orgulho LGBTQIA+.

Os registros oficiais demonstram um aumento da violência na faixa dos 20% contra esta população, porém o levantamento apontou que oito das 27 unidades da Federação não souberam dizer quantos integrantes da comunidade foram vítimas de homicídio em seu território. Já os dados compilados pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), um dos incluídos no *Anuário*, sinaliza um aumento expressivo da brutalidade (41%).

“Isso dá uma dimensão do desca-so do Estado no registro dessas ocorrências e nessa tomada de responsabilidade para si no que diz respeito à proteção da população LGBTQIA+. Sem dados não tem como qualificar políticas públicas. A ausência de informações é uma ótima desculpa para não elaborar uma política pública, e isso acaba se tornando um ciclo vicioso”, assegura Dennis Pacheco, pesquisador do FBSP.

Para ele, isso cria várias lacunas, dentre as quais a não resolução de problemas pontuais relacionados à diferenciação identitária da população LGBTQIA+. “O Brasil é um país que tem tradição em entender a política pública específica como uma forma de alimen-tar o problema da desigualdade. Na produção acadêmica



Vivemos um momento de visibilidade de pessoas negras e LGBTQIA+, o que possui impactos importantes. Essas transformações não chegaram, contudo, ao cerne da intervenção estatal”

Trecho do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022

de administração e gestão pública existe o entendimento de que é por meio de iniciativas específicas do Estado o único modo de enfrentar as desigualdades de alguns grupos. Sem dados qualificados, não é possível fazer as diferenciações”, ressaltou.

O *Anuário* faz uma crítica contundente ao “apagão” de informações sobre a comunidade LGBTQIA+: “Vivemos em um momento de aumento da visibilidade de pessoas negras e LGBTQIA+ nos meios de comunicação de massa, o que possui impactos simbólicos importantes. Essas transformações culturais não chegaram, contudo, ao cerne da intervenção estatal sobre a sociedade”, observa.

Neste ano, e pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), divulgou os dados oficiais sobre a comunidade LGBTQIA+. De acordo com o levantamento, 2,9 milhões de pessoas, a partir de 18 anos, se declaram lésbicas, gays ou bissexuais.

No entanto, o IBGE alertou que os números podem estar subnotificados, pois não foram incluídas perguntas que indicariam as outras orientações sexuais existentes. Para os especialistas, a metodologia que tem sido utilizada para esses levantamentos evidencia a falta de vontade dos gestores públicos em contornar as dificuldades para

garantir os direitos à causa.

Para Roberto Muniz, ex-assessor especial da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos do DF; a pauta de costumes que passou a fazer parte da vida do país a partir do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) é mais um complicador para o desenvolvimento de iniciativas públicas em favor da comunidade LGBTQIA+.

“O maior problema, hoje, é que apesar de existir muitos direitos, políticas públicas podem não ser desenvolvidas por conta de moralismo, de processos ideológicos”, observou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Diferença racial também pesa

Uma pesquisa analisou o perfil das 24 mil notificações de violência e agressões praticadas contra a população LGBTQIA+ entre 2015 e 2017. Um dos resultados foi a evidência de que metade das violências teve como alvo pessoas negras ou pardas. O levantamento faz parte do livro *De dores e de amores — Reconstruções da Homossexualidade Paulistana*, de autoria de José Ronaldo Trindade, doutor em Antropologia Social e professor da Universidade de Brasília (UnB).

Ele explica que uma das causas para esse dado é que enquanto as pessoas brancas ocupam lugares de debate e de formulação de demandas junto ao governo e à sociedade, as negras estão à margem. “Enquanto o gay branco, que vive nos Jardins, em São Paulo, está interessado em aprovar o casamento, o homem gay negro, que vive na periferia, está lutando para não ser assassinado”, apontou.

Ele salienta, ainda, o avanço do medo na comunidade a partir do governo Bolsonaro. “Os retrocessos se tornaram mais evidentes agora por causa da ascensão do pânico moral que o governo operou na população, o aumento da violência, o endurecimento moral da sociedade”, pontuou.

Para advogado especialista em direito regulatório Gabriel Araújo, o Brasil tem que rever como trata os temas da comunidade gay. “Temos uma parcela de parlamentares conservadores e isso faz com que os debates não evoluam. Os maiores avanços vêm de decisões judiciais, que suprem essa omissão”, disse. (TA e ID)

SAÚDE

Audiência vira evento contra o aborto legal

» ISADORA ALBERNAZ

O Ministério da Saúde promoveu, ontem, uma audiência pública para discutir a cartilha antiaborto publicada pelo governo federal, na qual diz que “todo aborto é crime”. A pasta, porém, foi acusada de escutar apenas um lado, para reforçar o alinhamento com o presidente Jair Bolsonaro (PL) — que já explicitou ser contrário à interrupção da gravidez, mesmo em casos de estupro, conforme previsto no Código de Processo Penal (CPP). Entidades que discordam da classificação do aborto como crime enfrentaram dificuldades para participar da discussão.

O documento *Atenção Técnica para a Prevenção, Avaliação e a Conduta nos Casos de Abortamento* pretende orientar profissionais da saúde quando se depararem com eventos desse tipo. Na página 15, ao comentar os casos previstos no CPP, a cartilha traz esta observação: “Não existe aborto ‘legal’ como é costumeiramente citado, inclusive em textos técnicos. O

que existe é o aborto com excluído de ilicitude. Todo aborto é um crime, mas quando comprovadas as situações de excluído de ilicitude após investigação policial, ele deixa de ser punido, como a interrupção da gravidez por risco materno”, observa.

Entre as organizações signatárias da carta em reação ao manual estão a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em relação ao trecho que indica que “todo aborto é um crime”, as organizações ponderam que a declaração soa como tentativa do ministério “de confundir sobre a ilicitude do procedimento realizado dentro das hipóteses legais”.

Criminalização

A menção do documento à “investigação policial” também cria, segundo as entidades, insegurança jurídica aos profissionais, “que temerão uma investigação sobre cada decisão de cuidado que tomem sobre

Ascom/MS



Na audiência, integrantes da pasta salientaram a posição antiaborto

as mulheres”. A cartilha sobre o aborto foi publicada primeiramente em 2005 e a última versão foi discutida ontem.

Já o professor Osmar Ribeiro Colas, representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria (Febrasgo), destacou a insatisfação da entidade, que, segundo ele, não foi convidada a participar da elaboração do novo manual.

Para o secretário de Atenção Primária à Saúde (SAPS), Raphael Câmara Parente, que presidiu a audiência, o aborto não é um

problema de saúde pública. Ele manifestou-se contrariamente à interrupção da gravidez e disse não querer fazer parte “dessa sociedade que acha normal matar bebês de sete, oito, nove meses na barriga”. Apesar da recomendação do Ministério da Saúde para que o procedimento não seja realizado após as 22 semanas de gestação, a lei não estabelece um prazo-limite para cirurgia.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi e com Agência Estado

Queiroga: Judiciário deve evitar “ativismo”

» VICENTE NUNES
Correspondente
» CAMILLA GERMANO

Lisboa, Portugal — Em meio à polêmica da cartilha do Ministério da Saúde que diz que “todo aborto é crime”, o ministro Marcelo Queiroga afirmou que o Judiciário não deve ter uma postura “ativista” para facilitar a interrupção da gravidez no Brasil. A legislação atual permite que as mulheres interrompam a gestação em três condições: estupro, risco de morte para a mãe e anencefalia do bebê.

“Entendo que o Poder Judiciário não deve, de maneira ativa, buscar o ordenamento jurídico porque as consequências todos sabem”, disse.

Queiroga defendeu a discussão do documento, criticada por especialistas em saúde pública. Ele ressaltou que nenhum governo debateu o tema como está ocorrendo agora. Segundo o ministro, a administração de Jair Bolsonaro (PL) é “a favor da vida desde a sua concepção e entende que a lei atual não deve ser

modificada”. E, no entendimento dele, qualquer modificação da legislação deve passar por referendo popular. “A modificação da legislação compete ao Congresso”, afirmou.

O ministro ressaltou, ainda, que “é um tema sensível, pois lida com aspectos éticos, morais, sanitários e legais. A sociedade precisa discutir (o aborto) de maneira aprofundada e adequada”.

Ao mesmo tempo, as defensorias públicas de 13 estados do Brasil fizeram um documento em que questionam o Ministério da Saúde acerca da cartilha — cujo texto defende que “todo aborto é um crime” e que os casos permitidos no país (risco para mãe e em casos de violência sexual) são classificados como “excluído de ilicitude”.

Para as defensorias, mesmo que o documento não tenha caráter obrigatório, tem o potencial de produzir desinformação e restrição do direito de mulheres e meninas. Os representantes do Poder Judiciário aponta que o documento do ministério usa de julgamentos morais e sem respaldo científico.